

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Projeto de Pós-Doutorado
ENTRE O CAPITALISMO DE ESTADO E O BEHEMOTH
O Instituto de Pesquisa Social e o fenômeno do fascismo

Pesquisador: Gustavo José de Toledo Pedroso

Supervisor: Paulo Eduardo Arantes

Resumo

No que se refere ao desenvolvimento teórico no interior do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, o impacto do fenômeno do fascismo é tratado pelos comentadores a partir de três eixos principais. Em primeiro lugar, há a oposição entre as interpretações de Friedrich Pollock e Franz Neumann: enquanto Pollock via o fascismo como uma nova ordem social caracterizada pela substituição da economia pela política enquanto condicionante fundamental da sociedade, o que marcava uma superação do quadro definido por Marx, para Neumann o fascismo podia ser explicado como decorrência de um processo de intensa concentração econômica que se tornara incompatível com a democracia. Em segundo lugar, há o desdobramento desta oposição no que se refere aos demais membros do Instituto, desdobramento que consistiria na cisão definitiva entre os chamados “círculo interno” (que adotaria a interpretação pollockiana, abandonando assim o marxismo) e “círculo externo” (que compartilharia das concepções de Neumann, mantendo-se assim ligado a marxismo). Em terceiro lugar, por fim, haveria a mudança na linha principal da Teoria Crítica, decorrente do abandono do marxismo, mudança que teria sua expressão teórica máxima na *Dialética do esclarecimento*. Seria possível, porém, questionar-se estes dois últimos pontos. E este questionamento pode levar a uma reinterpretação de aspectos importantes da Teoria Crítica.

Introdução e justificativa

Uma das fases mais importantes no desenvolvimento teórico realizado pelos membros do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt foi o período dos trabalhos dedicados à interpretação do fascismo, durante o exílio americano. Com efeito, é em torno deste ponto mesmo que se cristalizaram algumas das principais obras produzidas no interior do Instituto. Porém, mais que simples estudos paralelos, estes trabalhos

foram vistos posteriormente pelos comentadores como mantendo importantes relações entre si, a ponto de muitas vezes as interpretações, leituras e estudos se apoiarem freqüentemente nestas relações.

O ponto nodal aqui é o ensaio de Pollock intitulado “Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações” (*State Capitalism: Its Possibilities and Limitations*). Nele Pollock procura definir o capitalismo de Estado, a nova ordem social que vê surgindo na época, e cuja realização mais aproximada até então, aos seus olhos, era o regime nazista na Alemanha. A caracterização desta nova ordem é feita inicialmente pelo contraste com a ordem em declínio, o capitalismo privado. As diferenças principais são: 1) a deposição do mercado de sua função de controle na coordenação da produção e distribuição, o que implica no “desaparecimento do mercado autônomo e das assim chamadas leis econômicas”¹; 2) a transferência do controle para o Estado, que lança mão de dispositivos antigos e novos, inclusive um “pseudo-mercado”, para exercer esta tarefa; e 3) na forma totalitária do capitalismo de Estado, o Estado é o instrumento de poder de um novo grupo dominante, formado pela fusão das burocracias estatal, empresarial e do partido vitorioso; enquanto que na forma democrática o Estado tem a mesma função de controle, mas é controlado pelo povo.

A principal consequência desta concepção era o deslocamento do foco teórico do âmbito da economia para o da política. Isto porque, no lugar da orientação dos processos sociais pelo sujeito automático, Pollock apresenta o capitalismo de Estado como caracterizado por um conjunto de processos orientados fundamentalmente pela ênfase na maior racionalidade e eficiência no aproveitamento dos recursos disponíveis, por um lado, e pela busca do poder no interior dos aparelhos burocráticos estatal, empresarial e partidário, por outro. Portanto, se o novo sistema deve permitir uma

¹ Pollock, F. “State Capitalism: Its Possibilities and Limitations”, pg. 73. In: Arato, A. e Gebhardt, E. *The Essential Frankfurt School Reader*. Nova York: Continuum, 2002.

superação dos impasses e riscos gerados no interior do capitalismo privado, a questão principal a ser enfrentada está na centralidade do mercado autônomo e dos mecanismos a ele associados, responsáveis pelos problemas na medida em que contêm um aspecto de imprevisibilidade quanto aos resultados dos processos por eles mediados. Daí a importância assumida pela idéia de “plano”, em torno da qual se organizam todas as cinco novas regras colocadas pelo capitalismo de Estado no lugar dos mecanismos do mercado². E daí também a renovada importância da esfera da política:

O verdadeiro problema de uma sociedade planificada não está na esfera econômica, mas na política, nos princípios a serem aplicados ao se decidir quais necessidades devem ter a preferência, quanto tempo deve ser gasto para o trabalho, quanto do produto social deve ser consumido e quanto usado para a expansão, etc. (Pollock, idem, pg. 75)

Este peso substancial da política, por sua vez, resulta em que, diferente do que acontecia no capitalismo privado, onde as pessoas se relacionavam enquanto “agentes do processo de troca, como compradores ou vendedores”, no capitalismo de Estado as relações sociais são mediadas pela posição de cada um na estrutura administrativa, ou seja, “sob o capitalismo de Estado os homens se confrontam como comandante ou comandado” (Pollock, idem, pg. 78). Nesta mesma direção, segundo Pollock,

outro aspecto da situação alterada sob o capitalismo de Estado é que a motivação do lucro é substituída pela motivação do poder. Obviamente, a motivação do lucro é apenas uma forma específica da motivação do poder. Sob o capitalismo privado, maiores lucros significam maior poder e menos dependência do comando de outros. A diferença, entretanto, não é apenas que a motivação do lucro é uma forma mediada da motivação do poder, mas que a segunda está essencialmente ligada à posição de poder do grupo dominante, enquanto que a primeira pertence apenas ao indivíduo. (Pollock, idem, pg. 78)

Por fim, deve-se notar que as análises de Pollock eram orientadas por uma dupla

² Resumidamente, as regras são as seguintes: a primeira estabelece a existência do plano, que dá o direcionamento nacional para a produção, o consumo, a poupança e o investimento; a segunda, que os preços devem ser administrados segundo os princípios do plano; a terceira, que o interesse pelo lucro, tanto da parte de indivíduos quanto de grupos, deve estar subordinado ao plano geral; a quarta, que em todas as esferas da atividade do Estado (“e sob o capitalismo de Estado isto significa em todas as esferas da vida social como um todo”) o trabalho baseado em conjecturas e improvisações deve dar lugar aos princípios do gerenciamento científico; e a quinta, que o Estado deve obrigar à realização do plano, a fim de que nada de essencial seja deixado às leis do mercado ou a outras leis econômicas. Cf. Pollock, idem, pgs. 75-78.

preocupação, como se pode perceber nas últimas páginas de seu ensaio. Sob um certo ângulo, a tentativa de se identificar os possíveis limites do capitalismo de Estado (os quais, coerentemente, eram identificados como limites políticos) funcionava também como investigação sobre os limites para um regime nazista. Por outro lado, a insistência em que esta nova ordem poderia se estruturar em acordo com os valores democráticos mostra que o interesse pelas possibilidades tinha também um aspecto otimista – o capitalismo de Estado democrático poderia levar a um aproveitamento mais racional e efetivo dos recursos disponíveis, e produzir uma elevação geral do nível de vida.

Um dos primeiros e mais ardorosos críticos desta concepção foi Franz Neumann, que expressou suas discordâncias diretamente ao próprio Pollock, e mais tarde a Horkheimer³. A questão principal do desacordo estava na relação entre nazismo e capitalismo. A este respeito, Neumann fazia três questionamentos. Em primeiro lugar, a idéia de que o capitalismo tivesse sido substituído por uma forma social que, por meio de controles políticos, mantivesse alguns de seus elementos essenciais (desigualdade social, produção de mercadorias, mercado, etc) sem sofrer mais a ameaça de crises e sem indicar quaisquer possibilidades internas de ruptura que abrissem espaço para uma superação em direção ao socialismo, equivalia, para ele, a uma condenação ao desespero e ao imobilismo, uma vez que as condições capitalistas não poderiam possibilitar uma existência verdadeiramente humana. Em segundo lugar, faltaria justamente a Pollock uma teoria da transição do capitalismo monopolista para o capitalismo de Estado, sem o que suas teses se tornavam suspeitas de dogmatismo. E em terceiro lugar, tomando por base os estudos sobre a economia alemã que realizara para a redação do *Behemoth*, Neumann afirmava não ter encontrado qualquer evidência que mostrasse que a Alemanha estivesse numa situação que parecesse, ainda que

³ Cf. Wiggershaus, R. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: Difel, 2002, pg. 312 ss.

remotamente, poder ser caracterizada como capitalismo de Estado.

Na carta a Horkheimer, na qual se encontravam todas estas observações, Neumann sustentava ainda que o ponto de vista adotado por Pollock constituía um abandono do marxismo, e contradizia assim frontalmente a teoria desenvolvida pelo Instituto. Em sua resposta Horkheimer contesta este último ponto, alegando que o próprio Engels afirmara que a sociedade tendia para o capitalismo de Estado. Ao retomar, porém, suas críticas no *Behemoth*, Neumann lembra por outro lado que Marx restringiu propositadamente suas análises “às tendências prevaletentes no interior de um dado sistema”⁴, não indo além deste mesmo sistema. Na medida em que Pollock afirmava em seu ensaio que “juntamente com o mercado autônomo, as assim chamadas leis econômicas desaparecem”, e anunciava, portanto, o fim da lei do valor, a completa conversão dos valores em valores de uso e o desaparecimento da relação entre estrutura de classes e produção, para Neumann ele não apenas especulava a respeito de uma formação social distinta, mas ultrapassava positivamente o limite crítico colocado por Marx sem apresentar justificativas suficientes para tanto.

Ora, ao desenvolver no *Behemoth* sua concepção sobre a organização econômica da Alemanha nazista, Neumann procura justamente mostrar como o controle de preços, por exemplo, não significava de modo algum um desaparecimento, e nem mesmo uma efetiva subordinação, das leis econômicas e do mercado autônomo a critérios eminentemente políticos. Não apenas a legislação reconhecia a precedência dos critérios econômicos no que diz respeito ao planejamento, como ela ainda beneficiava os grupos econômicos mais poderosos, os quais eram mesmo vistos como responsáveis por importante parte das decisões a respeito, além de exercerem grande influência política, direcionando os procedimentos do governo de acordo com seus interesses. Mesmo os

⁴ Neumann, F. *Behemoth: the Structure and Practice of National Socialism 1933-1944*. Nova York: Harper & Row, 1966, pg. 224.

controles impostos não podiam eliminar de todas as possibilidades outras de ajustamento da situação empresarial⁵. Além disso, o próprio sistema de controles imposto sobre os processos econômicos teria por fim principal proteger a economia altamente centralizada das ameaças colocadas pela democracia.

Em um sistema monopolista os lucros não podem ser produzidos e retidos sem o poder político totalitário, e este é o traço distintivo do nacional-socialismo. Se o poder político totalitário não tivesse abolido a liberdade de contrato, o sistema de cartéis teria ruído. Se o mercado de trabalho não fosse controlado por meios totalitários, o sistema monopolista estaria em risco; se as agências de matérias-primas, suprimentos, controle de preços e racionalização, se os gabinetes de controle do crédito e do câmbio estivessem nas mãos de forças hostis aos monopólios, o sistema de lucros ruidaria. O sistema se tornou tão completamente monopolizado que ele deve por natureza ser hipersensível a mudanças cíclicas, e tais mudanças devem ser evitadas. Para se obter isso é necessário o monopólio do poder político sobre o dinheiro, o crédito, o trabalho e os preços. Em poucas palavras, a democracia colocaria em risco o sistema totalmente monopolizado. A essência do totalitarismo é estabilizá-lo e fortificá-lo. Esta não é, é claro, a única função do sistema. O Partido Nacional-Socialista só está preocupado com o estabelecimento do domínio de mil anos, mas para alcançar este fim eles não têm outra opção senão proteger o sistema monopolista, o qual lhes fornece a base econômica para a expansão política. (Neumann, idem, pg. 354)

Temos então dois diagnósticos distintos a respeito da natureza e do significado do nazismo. Mas como este desacordo repercute no interior do Instituto?

Em seu livro, já clássico, sobre a Escola de Frankfurt, Martin Jay afirma que o resultado desta divergência foi o aprofundamento de uma cisão pré-existente entre os membros do Instituto, cristalizando-se a diferença entre o “círculo interno” e o “círculo externo”. Jay considera que a teorização de Pollock levava adiante o processo de crítica do marxismo ortodoxo empreendido no interior do Instituto desde que Horkheimer se tornara diretor. No início da década de 30 a Teoria Crítica defrontava-se com a evidência da crescente integração social do proletariado. Desprovida de outro sujeito

⁵ Cf. Neumann, idem, pg. 312: “Quando se evita, através de monopólio ou de regulação administrativa, que um agente individual da produção obtenha lucros pelo aumento de preços, ele tentará aumentar suas vendas ou cortar seus custos, ou ambos, a fim de alcançar seu objetivo como produtor de mercadorias para a venda. Quando ele não pode comercializar mais que um *quantum* definido de bens, ele terá que aumentar seus preços, e quando, por arregimentação ou monopólio, estabelecem-se cotas tanto para os preços quanto para as vendas, ele precisa recorrer a alternâncias no arranjo dos elementos de custo no processo de manufatura através de pressões sobre os custos da matéria-prima, do maquinário produtivo, do trabalho e do capital utilizados, bem como através de mudanças no próprio processo de manufatura, tanto organizacionais quanto tecnológicas”.

histórico, sua única saída teria sido a migração para uma posição crítica “transcendente” (segundo a expressão de Martin Jay), ou seja, uma tentativa de, pelo recurso à pura teoria, colocar-se para além da sociedade com que se defrontava, a fim de realizar a necessária reflexão crítica a seu respeito. Este deslocamento teria envolvido um afastamento crescente em relação à importância tradicionalmente atribuída pelo marxismo à economia. Assim, mesmo que a *Zeitschrift* publicasse diversos artigos sobre questões econômicas, indicando que “o Instituto, entretanto, reconhecia o valor da observação de Marx sobre o papel fundamental da economia na sociedade capitalista (...), seria um erro pensar que estas análises estavam realmente integradas no coração da Teoria Crítica”⁶. Isto porque, com relação a este ponto, “os membros mais antigos do círculo interior do Instituto (...) seguiam a orientação de seu diretor associado, Friedrich Pollock” no sentido de uma interpretação da realidade contemporânea orientada por sua teoria do capitalismo de Estado. Mais precisamente, a relação era de mão dupla. Como vimos, no contexto de sua discussão do capitalismo de Estado, Pollock sustentava que historicamente “o motivo do lucro é uma forma específica do motivo do poder” (Pollock, op.cit, pg. 78), e que portanto o capitalismo tinha sido apenas uma efêmera fase em que a busca pelo poder tinha sido mediada pelo lucro. Ora, para Jay esta sempre fora a opinião do próprio Horkheimer, e portanto o trabalho de Pollock consistia na constituição de uma linha-mestra para a análise da situação contemporânea fundamentada em postulados filosóficos de Horkheimer, compartilhados por Adorno e Löwenthal⁷. Pollock estaria, assim, fornecendo o quadro a partir do qual o fato perene

⁶ Jay, M. *La Imaginación dialéctica: una historia de la Escuela de Frankfurt*. Madri: Taurus, 1989, pg. 252

⁷ Cf. Jay, idem, pg. 256: “Ao sublinhar a politização da economia Pollock se situava na corrente central da Teoria Crítica. Se a Escola de Frankfurt se recusou a desenvolver uma teoria política independente, (...) recusou igualmente um enfoque puramente econômico da teoria social. Em seu artigo ‘Filosofia e Teoria Crítica’ (...) Horkheimer havia assinalado claramente que considerava a dominação por meio da economia como um fenômeno puramente histórico. Seria um erro, assinalava ele, julgar a sociedade futura segundo sua forma econômica. Mais ainda, ‘isto é verdade para o período de transição no qual a

da dominação, que teria permanecido implícito e dissimulado por diversas formas de mediação durante o período liberal, pudesse agora ser tomado como o eixo de um diagnóstico histórico do presente que reduzisse em muito o papel que a economia tinha no pensamento marxista e enfatizasse, por outro lado, a racionalidade tecnológica como o novo instrumento fundamental empregado pela classe dominante para a manutenção e o exercício de seu poder.

Para Horkheimer, Pollock, Adorno e Löwenthal, a dominação estava assumindo formas não-econômicas, cada vez mais diretas. O modo capitalista de exploração era visto agora em um contexto mais amplo como a forma histórica específica de dominação característica da era burguesa na história ocidental. O capitalismo de Estado e o Estado Autoritário prefiguravam o fim, ou ao menos a transformação radical, desta época. A dominação, afirmavam, era agora mais direta e virulenta sem as mediações características da era burguesa. (Jay, *idem*, pgs. 413-414)

Como “uma das características essenciais da Teoria Crítica desde suas origens tinha sido sua recusa em considerar o marxismo como um conjunto de verdades herdadas”, era natural que, diante de uma realidade social mudada, seus proponentes pensassem que também “deveriam mudar as construções teóricas geradas para compreendê-la” (pg. 410). Assim, a impossibilidade de qualquer esperança com relação à União Soviética, aliada ao intenso processo de integração do proletariado por meio da cultura de massas e da efetiva melhoria das condições de vida, impunham uma mudança mais decidida no registro teórico, uma mudança tal que afastasse o já insustentável paradigma marxista, e o substituísse por uma nova concepção capaz de explicar tão drástico malogro das esperanças anteriores quanto ao surgimento de uma sociedade verdadeiramente humana.

Esta mudança decidida de registro teórico teria como um de seus principais eixos a substituição do conflito de classes pelo conflito entre homem e natureza (interior e exterior) enquanto motor da história, “conflito cujas origens remontavam até antes do

política alcança uma nova independência em relação à economia’. Deixava-se a fetichização da economia para marxistas mais ortodoxos, como Grossmann”.

capitalismo e cuja continuidade, na verdade intensificação, parecia provável depois do fim do capitalismo” (pg. 413). Em contraposição à redução da natureza à mero objeto de dominação realizada no interior da teoria tradicional, a Teoria Crítica insistia em que a separação entre sujeito e objeto não podia ser absoluta. E era daí que vinha a necessidade de uma crítica da *Aufklärung* entendida como processo de desencantamento do mundo: enquanto movimento de crescente formalização, a *Aufklärung* exacerbava continuamente esta separação, e com ela a dominação da natureza. Anulando todas as diferenças qualitativas em benefício do formal e do abstrato a *Aufklärung* conduzia inevitavelmente à catástrofe histórica:

O totalitarismo era menos o repúdio do liberalismo e dos valores da *Aufklärung* que o resultado de sua dinâmica imanente. O princípio da troca oculto na noção da *Aufklärung* acerca da natureza como átomos intercambiáveis tinha seu paralelo na atomização crescente do homem moderno, um processo que culminava na igualdade repressiva do totalitarismo. Esta manipulação instrumental da natureza pelo homem conduzia inevitavelmente à relação concomitante entre os homens. À distância insuperável entre sujeito e objeto na concepção de mundo da *Aufklärung* correspondia a posição relativa de governantes e governados nos Estados autoritários modernos. A objetivação do mundo tinha produzido um efeito similar nas relações humanas. Como observou Marx, ainda que o restringindo a um efeito do capitalismo, o passado morto tinha chegado a governar o presente vivo. (Jay, pg. 421)

É interessante notar que esta interpretação pode ser encontrada quase que na totalidade dos estudos sobre os autores ligados ao Instituto. Leituras muito semelhantes a esta estão presentes em textos e livros de Helmut Dubiel, Moishe Postone, Simon Jarvis, Douglas Kellner, Rolf Wiggershaus, Tom Bottomore, entre outros. Embora as apreciações a respeito possam variar, há praticamente um consenso no que se refere ao papel de Pollock como catalisador teórico da mudança que, como Horkheimer descreveria mais tarde, levou da primeira para a segunda Teoria Crítica.

Cabe, porém, perguntar se esta leitura é suficiente, ou mesmo se ela, ainda que tão consensual, está efetivamente correta. Motivos para questioná-la podem ser encontrados já em um dos autores que entretanto a adota. Trata-se de Rolf Wiggershaus,

cujo amplo painel histórico do Instituto de Pesquisa Social fornece mais detalhes a respeito dos debates deste período. Segundo seu relato, “Capitalismo de Estado” foi criticado não apenas por Neumann, mas também por Löwenthal, Adorno e pelo próprio Horkheimer⁸. Da parte de Horkheimer a queixa principal parece ter sido a de que o ponto de vista de Pollock era excessivamente administrativo e por demais simpático ao capitalismo de Estado. Adorno formula uma crítica semelhante, em termos mais duros – para ele o quadro de Pollock poderia ser descrito como uma inversão do quadro traçado na obra de Kafka: “Kafka havia descrito a hierarquia de escritórios sob a forma de inferno. Aqui, é o inferno que se transforma em uma hierarquia de escritórios”. Mas ele vai ainda mais longe, e questiona a própria concepção geral de Pollock: “O conjunto é tão doutrinário e formulado ‘de cima’, no sentido de Husserl, que carece completamente de convicção, sem falar na hipótese totalmente antidualética de que uma economia não antagônica poderia ser realizada numa sociedade antagônica”⁹. Por fim, longe de reconhecer nos novos tempos a perspectiva de “um estado relativamente estável e até, em certo sentido, racional”, tal como Pollock concebia a versão democrática do capitalismo de Estado, Adorno via neles a perspectiva de “uma série ininterrupta de catástrofes, de caos e horrores durante um período cujo fim ainda não se vislumbra”¹⁰.

Embora evidenciem algumas discordâncias, estes trechos não permitem qualificá-las, avaliar sua extensão, ou ter delas uma imagem mais concreta. Mas algumas indicações a mais podem ser encontradas nos textos. “Estado Autoritário” (*Autoritärer Staat*), famoso ensaio de Horkheimer, em geral visto como uma das primeiras e principais manifestações da mudança de eixo da Teoria Crítica, parece concordar em muitos pontos com a perspectiva de Pollock. De fato, nele se encontra a conhecida afirmação de que “o capitalismo de Estado é o Estado autoritário do

⁸ Cf. Wiggershaus, op. cit., pg. 310 ss.

⁹ Carta de Adorno a Horkheimer, de 8 de junho de 1941. Apud Wiggershaus, op. cit., pg. 310.

¹⁰ Carta de Adorno a Horkheimer de 2 de julho de 1941. Apud Wiggershaus, op. cit., pg. 311.

presente”¹¹ (Horkheimer, 1942, pg. 124), se faz referência a uma situação na qual “a burocracia reassume o mecanismo econômico, que lhe fugira das mãos sob o domínio do puro princípio burguês do lucro” (pgs. 147-148), e se diz que no fascismo “a mais-valia é colocada sob o controle do Estado e flui em grandes quantidades para os donos de terras e magnatas industriais sob o antigo nome de lucro” (pgs. 133-134). Mas, ao mesmo tempo, a descrição desta situação se apóia em vários momentos em textos de Engels, e contém, além disso, alguns trechos em que a dialética materialista é reafirmada:

A dialética materialista lida com o comum, o ruim, o transitório; toda situação histórica contém o ideal, mas não explicitamente. A identidade do ideal e do real é a exploração universal. Por isso, a ciência marxiana consiste na crítica da economia burguesa e não na exposição de uma economia socialista (...). [Marx] explicou a realidade da ideologia da economia burguesa: através da exposição (*Entfaltung*) da economia oficial ele desvela o segredo da economia. (...) A dedução das fases capitalistas desde a simples produção de mercadorias até o monopólio e o capitalismo de Estado não é, é claro, um experimento mental. O princípio da troca não é apenas formulado no pensamento (*ersonnen*), ele dominou a realidade. As contradições nele desveladas pela crítica se tornaram dramaticamente manifestas na história. Na troca da mercadoria força de trabalho o trabalhador é tanto recompensado quanto enganado. A igualdade dos possuidores de mercadorias é uma aparência ideológica que se desfaz no sistema industrial e dá lugar (*weicht*) à dominação aberta no Estado autoritário. O desenvolvimento da sociedade burguesa é determinado em seu modo de produção, o qual foi marcado por aquele princípio econômico. Apesar da validade real deste princípio, nunca houve uma congruência entre sua representação crítica e seu desenvolvimento histórico, o qual não pode ser rompido. É a diferença entre conceito e realidade que fundamenta a possibilidade da práxis revolucionária, não o próprio conceito. (pg. 144-145)

Ora, como explicar estes trechos? Como compatibilizá-los com a ênfase na esfera política que perpassa todo o texto?

Antes de respondermos a estas perguntas, deve-se notar que talvez esta problematização não seja convincente. Afinal, “Estado Autoritário” foi escrito antes de

¹¹ Horkheimer, M. “Autoritärer Staat”, pg. 124. In: Horkheimer, M. e Adorno, T. W. *Walter Benjamin zum Gedächtnis*. Mimio. Nova York: Institut für Sozialforschung, 1942.

“Capitalismo de Estado”¹² e pode talvez ser visto como um texto de transição, tal como Habermas o faz com “Filosofia e Divisão do Trabalho”, um dos esboços que se encontram no final da *Dialektik der Aufklärung*¹³. Consideremos então outro exemplo.

Para afastar a possibilidade de formulações ainda transicionais, deixemos momentaneamente de lado os anos 40 e recorramos a um ensaio escrito por Adorno mais de vinte anos depois, “Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial?” (*Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?*). Embora este texto não discuta o fascismo, ele interessa aqui na medida em que traços que caracterizariam a segunda versão da Teoria Crítica também aparecem nele imbricados de um modo intrigante com uma ênfase na esfera da economia. Assim, Adorno escreve que a consciência de classe do proletariado desapareceu, que não se dispõe mais de uma teoria convincente da mais-valia, que o Estado tornou-se o “capitalista total” e que as relações de produção que aprisionam forças produtivas de há muito incompatíveis com elas não funcionam mais por conta própria e são mantidas apenas através da atuação do poder político. Mas ele também diz que ainda há fatos que “só de um modo muito forçado e arbitrários são ainda interpretáveis sem se utilizar o conceito-chave ‘capitalismo’” e que “a dominação sobre seres humanos continua a ser exercida através do processo econômico”¹⁴.

Como vemos, a continuidade de referências à economia está presente em textos de Horkheimer e Adorno. Mas como compatibilizá-la com as referências à dominação, ao Estado e à política? Ora, se tomarmos os textos com cuidado, perceberemos que, ao contrário do que se poderia pensar inicialmente, não se trata, nestes casos, de decidir

¹² Cf. Wiggershaus, op. cit., pg. 311. Adorno considerava que Pollock tomara de “Estado Autoritário” (cujo título original, aliás, era “Staatkapitalismus”) os temas tratados em “Capitalismo de Estado”, mas que os simplificara e “desdialtizara”, acabando por inverter-lhes o sentido original. No que se segue não é nosso objetivo apresentar uma interpretação completa do ensaio de Horkheimer (nem dos de Adorno e Marcuse), mas apenas dar algumas indicações sobre em que sentido se pode entender esta colocação de Adorno, e apontar certas incongruências com a teoria pollockiana e, mais especificamente, com a interpretação de Martin Jay.

¹³ Cf. Habermas, 2000, pg. 167.

¹⁴ Adorno, T. W. “Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?”. In: *Gesammelte Schriften*, 8.I. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1972.

abstratamente por um ou outro dos fatores. Mais que isso, note-se que o problema é herdado de Marx. De fato, isto é dito diretamente por Horkheimer ao se referir ao quadro teórico de que parte:

Para o curso natural da ordem capitalista mundial a teoria prescreve um fim não-natural: os proletários unidos destruirão a última forma de exploração, a escravidão capitalista-estatal. (...) Quando a classe dominante “deve alimentar os trabalhadores, ao invés de ser alimentada por eles”, a revolução está à mão. Esta teoria do fim se desenvolve a partir de uma situação que era ainda ambígua e é ela mesma ambígua: ela ou conta com o colapso através de uma crise econômica, excluindo através disso a estabilização de um Estado autoritário, como Engels de fato previu. Ou então espera o triunfo do Estado autoritário, eliminando assim o colapso através de uma crise, a qual foi sempre definida pela economia de mercado. (Horkheimer, op. cit., pgs. 124-125)

Marx e Engels tinham, portanto, duas possibilidades em vista, a de que a superação histórica fosse induzida pela irrupção necessária de uma crise final, e a de que a luta política do proletariado levasse, por si mesma, à mudança. Em ambos os casos a política tem uma importância inegável, e por mais que se contasse com as contradições imanentes do capital seria redutor dizer que delas resultaria inevitavelmente uma sociedade verdadeiramente humana. Ademais, o modo como Jay compreende o papel da economia, ou seja, do materialismo, no procedimento de Marx deixa de lado seu sentido eminentemente crítico, incorrendo no mecanicismo dogmático próprio ao marxismo vulgar. Se a economia fosse o único fator determinante para a mudança social, a integração social do proletariado não seria, por si só, um problema, visto que o destino socialista da humanidade poderia ainda estar garantido pela expectativa de uma crise futura.

Ainda assim, não se pode negar que há, aqui, uma diferença entre os frankfurtianos e Marx. Ocorre que, aos olhos daqueles, já se tinha produzido um progresso das forças produtivas completamente incompatível com as relações de produção vigentes. Só que o que tinha se observado a partir disso não era a ruptura impulsionada pela contradição entre ambas, mas sim a transformação das forças

produtivas em um instrumento para a sustentação perene, estável e reforçada das relações de produção. E o que possibilitara este desenvolvimento não era uma outra lei imanente que as tornaria desde sempre compatíveis, mas sim o contexto específico no interior do qual ele se produzira, um contexto cuja principal característica era o crescente processo de concentração econômica.

Deste modo, no caso de “Estado Autoritário” é bastante claro que uma das principais referências concretas que Horkheimer tem em vista é, de fato, o malogro das esperanças revolucionárias que tinham se incendiado no início da República de Weimar (em especial na experiência dos conselhos de trabalhadores), mas acabaram por dar lugar à catástrofe inesperada do nazismo. O destino das organizações da classe trabalhadora neste contexto não demonstrara a inexistência da luta de classes, mas sim que “o capitalismo pode sobreviver à economia de mercado” (Horkheimer, op. cit., pg. 125). Sua transformação em organizações de massas era o processo através do qual elas “se adaptavam às transformações da economia” (Horkheimer, op. cit., pg. 126), e o próprio crescimento do Partido Social-Democrata Alemão e dos sindicatos a ele ligados possibilitaram a cristalização de uma liderança desligada das bases e dedicada a seus próprios interesses. A centralização do poder nas organizações operárias e nas empresas tinha a mesma base – “a mudança no modo de produção” a partir da consolidação dos monopólios (Horkheimer, op. cit., pg. 128).

Portanto, o que Horkheimer vê emergindo destas condições, e que ele tem em vista quando fala em “capitalismo de Estado” e Estado autoritário, é algo bastante diferente do quadro traçado por Pollock:

O Estado autoritário é repressivo em todas as suas formas. O imenso desperdício não é mais produzido pelos mecanismos econômicos no sentido clássico. Ele surge das necessidades exorbitantes do aparato de poder e da destruição de qualquer iniciativa da parte dos dominados: a obediência não é tão produtiva. Apesar da alegada ausência de crises, não há harmonia. Embora a mais-valia não seja mais absorvida como lucro, ela ainda é o ponto nodal. A proposição cunhada na economia de mercado, segundo a qual

à anarquia da sociedade corresponde a estrita ordem na fábrica, significa hoje que o estado de natureza internacional, a luta pelo mercado mundial e a disciplina fascista do povo se condicionam reciprocamente. Mesmo se as elites hoje conspiram em comum contra seus povos, elas estão sempre prontas para surrupiar algo dos territórios de caça umas das outras. As conferências econômicas e de desarmamento apenas adiam o conflito por algum tempo, o princípio da dominação se manifesta exteriormente como princípio da permanente mobilização. A situação continua sendo, em si mesma, absurda. É evidente que a restrição das forças produtivas pode, de agora em diante, ser entendida como uma condição da dominação e deliberadamente praticada. (Horkheimer, op. cit., pgs. 135-136)

Pois bem, *o Estado autoritário é repressivo em todas as suas formas*, não havendo então alguma auspiciosa forma democrática que encarnasse alguma utopia do possível. E embora o desperdício não seja mais produzido pelos mecanismos econômicos *no sentido clássico*, e sim pelas necessidades do aparato de poder, a mais-valia continua sendo o ponto nodal, a disciplina fascista mantém uma relação de mútuo condicionamento com a luta pelo mercado mundial, e a contradição entre forças produtivas e relações de produção, mesmo que sufocada, continua existindo, uma vez que a restrição das primeiras é deliberadamente praticada em vista da continuidade da dominação. Por mais que a exposição de Horkheimer tenha por foco a exposição de uma mudança, não se trata da simples substituição de uma abstrata determinação econômica por uma igualmente abstrata determinação pela política, nem muito menos da descoberta de algum condicionamento supostamente mais fundamental radicado no conflito entre homem e natureza. Trata-se, antes, das novas perspectivas, para bem e para mal, abertas pelo desenvolvimento das forças produtivas – o direcionamento destas, diferente do que pensava o seguro conformismo social-democrata, não está garantido por um progresso fatal rumo à liberdade, mas depende ainda de outros fatores:

A inevitabilidade do passado [i.e., o fato de que se possa divisar nele uma concatenação necessária] vincula (*leget... fest*) tão pouco a vontade à liberdade, que nela se anuncia, quanto o futuro. Para cada conclusão a partir da crença de que a história seguirá uma linha ascensional, seja esta direta, em ziguezague ou em espiral, há um contra-argumento igualmente válido. A teoria explica essencialmente o caminho da fatalidade. Com toda a consistência que ela pode encontrar no desenvolvimento, com toda lógica na seqüência das épocas sociais individuais, com todo aumento das forças produtivas

materiais, dos métodos e das habilidades, aumentaram de fato os antagonismos capitalistas. Por eles se definem, finalmente, os próprios homens. Estes são hoje não apenas mais capazes para a liberdade, mas também menos capazes. Não somente a liberdade é possível, mas também formas futuras de opressão. Elas podem ser avaliadas teoricamente como recaída ou como um novo equipamento engenhoso. Com o capitalismo de Estado o poder pode se fortalecer. (Horkheimer, op. cit., pgs. 145-146)

Nesta mesma direção, também em “Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial?” Adorno, discutindo a concepção segundo a qual Marx teria sido superado, sustenta que as dificuldades apresentadas pelo novo contexto histórico apontam para alguns desenvolvimentos de fato inesperados, mas que devem ser compreendidos em sua configuração. Se, por um lado, Adorno diz que “a atual sociedade é, de acordo com o estágio de suas forças produtivas, plenamente, uma sociedade industrial”, para ele isto, ao contrário do que talvez se esperaria, não mudou alguns aspectos essenciais:

Por outro lado, a sociedade é capitalismo em suas relações de produção. Os homens seguem sendo o que, segundo as análises de Marx, eles eram por volta da metade do século XIX: apêndices da maquinaria, e não mais apenas literalmente os trabalhadores, que têm de se conformar às características das máquinas a que servem, mas, além deles, muitos mais, metaforicamente: obrigados até mesmo em suas mais íntimas emoções a se submeterem ao mecanismo social como portadores de papéis, tendo de se modelar sem reservas de acordo com ele. Hoje como antes produz-se visando o lucro. Para além de tudo o que à época de Marx era previsível, as necessidades, que já o eram potencialmente, acabaram se transformando completamente em funções do aparelho de produção, e não vice-versa. (Adorno, op. cit., pg. 361)

A novidade neste quadro é dada pela absorção das forças produtivas pelas relações de produção:

Demasiado otimista era a expectativa de Marx de que seria historicamente certo um primado das forças produtiva, que necessariamente romperia as relações de produção. (...) Através de remendos e medidas particulares, as relações de produção, apenas para a sua autoconservação, continuaram a submeter a si as forças produtivas deixadas à solta. Característica marcante de nossa época é a preponderância das relações de produção sobre as forças produtivas que, porém, há muito desdenham as relações. (...) Que a coisa toda tenha transcorrido de modo diferente do que se esperava, tem como uma das causas, e não a menor, o fato de que a sociedade incorporou o que Veblen chamava de *underlying population*. (...) Esse desenvolvimento *dependia, por sua vez, do desenvolvimento das forças produtivas*; e não era, porém, idêntico à primazia dessas sobre as relações de produção. (...) A sua realização teria necessitado da espontaneidade daqueles que estão interessados na mudança das condições, e, entretanto, o seu número superou várias vezes o proletariado industrial propriamente dito. O interesse

objetivo e a espontaneidade subjetiva separam-se contudo; esta corre o risco de atrofiar-se sob a desproporcional superioridade das condições dadas. (Adorno, op. cit., pgs. 363-364, grifo meu)

Por fim, Adorno afirma claramente que os aspectos políticos do novo contexto, a atividade do intervencionismo estatal, não implicam a superação do condicionamento econômico e devem antes ser entendidos em uma relação dialética com este condicionamento:

Ao contrário do que pensa a antiga doutrina liberal, o intervencionismo econômico não é enxertado de um modo estranho ao sistema, mas de modo imanente a ele, como a quintessência da autodefesa do sistema capitalista; nada poderia explicar de modo mais contundente o conceito de dialética. (...) A invasão do não-imanente ao sistema pertence também à dialética imanente, assim como, no pólo oposto, Marx pensava o revolucionamento das relações de produção como algo coercitivamente imposto pelo percurso da História e, ainda assim, como uma ação a ser desenvolvida de modo qualitativamente distinto do caráter fechado do sistema. Mas se, com base no intervencionismo e no planejamento em grande escala, o capitalismo tardio estaria livre da anarquia da produção de mercadorias e portanto não seria mais capitalismo, então é preciso responder que o destino social do indivíduo continua a ser, para este, tão dependente do acaso quanto sempre foi. O próprio modelo capitalista nunca teve uma vigência tão pura quanto a apologia liberal o supõe. Em Marx, isso já era crítica à ideologia: deveria expor quão pouco o conceito que a sociedade burguesa tecia sobre si mesma coincidia com a realidade. Não deixa de ser irônico que exatamente este motivo crítico, o de que o liberalismo, em seus melhores tempos, não era liberalismo, passe a ser hoje reciclado a favor da tese de que o capitalismo não seria mais propriamente capitalismo. (Adorno, op. cit., pgs. 367-368)

Parece difícil, em vista dos elementos apresentados pelos textos, sustentar a interpretação de Martin Jay. Mesmo que se argumente que Horkheimer mais tarde mudará em muito sua posição, distanciando-se em muitos aspectos do ponto de vista exposto em “Estado Autoritário”, não se pode negar que a aproximação entre suas referências ao capitalismo de Estado e a concepção desenvolvida por Pollock é errônea. No caso de Adorno a distância com Pollock é ainda mais evidente, ficando ainda, como já apontamos, afastada a hipótese de uma formulação transicional, já que o texto é do final dos anos 60.

Fica claro, portanto, que há textos importantes que não se coadunam inteiramente com interpretações amplamente aceitas a respeito da Teoria Crítica, em

especial no que diz respeito às interpretações do fascismo realizadas no interior do Instituto de Pesquisa Social. E isto justifica que se reexaminem algumas concepções mais ou menos estabelecidas sobre o desenvolvimento e o sentido da Teoria Crítica, o que poderia levar, em último caso, a uma reinterpretação de aspectos importantes dela. Uma abordagem conjunta dos trabalhos dos membros do Instituto de Pesquisa Social a respeito do nazismo é algo que ainda não foi feito, havendo muitos textos pouco discutidos e pouco estudados, ainda mais se se levar em conta as relações e os contrastes que se poderiam estabelecer entre eles.

Síntese da bibliografia fundamental

A bibliografia fundamental consiste nos textos sobre o fenômeno do fascismo produzidos pelos autores ligados ao Instituto de Pesquisa Social e publicados em coletâneas ou nas obras reunidas de cada autor, além dos textos de alguns comentadores:

ADORNO, T. W. *Gesammelte Schriften*. Editado por Rolf Tiedemann. Frankfurt: Suhrkamp, a partir de 1970.

HORKHEIMER, M. *Gesammelte Schriften*. Organizado por Alfred Schmidt e Gunzelin Schmid Noerr. Frankfurt: Fisher, 1985-1991, 18 vols.

KIRCHHEIMER, O. *Politics, Law and Social Change. Selected Essays of Otto Kirchheimer*. Nova York: Columbia University Press, 1969.

_____. *Politik und Verfassung*, Frankfurt: Suhrkamp, 1964.

_____. *Von der Weimarer Republik zum Faschismus: Die Auflösung der demokratischen Rechtsordnung*. Frankfurt: Suhrkamp, 1976.

MARCUSE, H. *Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp, 1978-1989, 9 vols.

NEUMANN, F. *Behemoth: the Structure and Practice of National Socialism*

1933-1944. Nova York: Harper & Row, 1966.

_____. *The Democratic and the Authoritarian State: Essays in Political and Legal Theory*. Nova York: Free Press, 1957.

_____. *The Rule of Law: Political Theory and the Legal System in Modern Society*. Leamington: Berg, 1986.

_____. *Wirtschaft, Staat, Demokratie. Aufsätze 1930 - 1954*. Frankfurt: Suhrkamp, 1978.

POLLOCK, F. *Stadien des Kapitalismus*. Organização de Helmut Dubiel. Munique: Beck, 1975.

DUBIEL, H. *Kritische Theorie der Gesellschaft: Eine einführende Rekonstruktion von den Anfängen im Horkheimer-Kreis bis Habermas*. Weinheim: Juventa, 1988.

_____. *Theory and politics: studies in the development of Critical Theory*. Cambridge: MIT, 1985.

JAY, M. *La Imaginación dialéctica: una historia de la Escuela de Frankfurt*. Madri: Taurus, 1989.

SCHEUERMANN, W. *Between the Norm and the Exception: the Frankfurt School and the Rule of Law*. Cambridge: MIT, 1994.

WIGGERSHAUS, R. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

Objetivos

A pesquisa tem três objetivos principais: a) estudar as relações entre os diagnósticos do fascismo elaborados pelos membros do Instituto de Pesquisa Social e seu contexto histórico mais imediato, principalmente a República de Weimar; b) analisar as oposições, entrelaçamentos e diálogos destes diagnósticos entre si; e c)

reavaliar a interpretação dada para a questão do fascismo no interior da Teoria Crítica.

Plano de trabalho e cronograma de execução

1º Bimestre	Estudo da República de Weimar
2º Bimestre	idem
3º Bimestre	Estudo das obras de Franz Neumann e Friedrich Pollock
4º Bimestre	idem
5º Bimestre	idem
6º Bimestre	Estudo das obras de Theodor Adorno e Max Horkheimer
7º Bimestre	idem
8º Bimestre	idem
9º Bimestre	Estudo das obras de Otto Kirchheimer e Herbert Marcuse
10º Bimestre	idem
11º Bimestre	idem
12º Bimestre	Relatório

Material e métodos

O material é composto pelos textos, ensaios e livros sobre o fascismo produzidos pelos autores ligados ao Instituto de Pesquisa Social entre o final da década de 1930 e o início da década de 1940. O método empregado será o da análise de textos, visando à reconstituição dos movimentos argumentativos, à identificação de teses e à explicitação de pressupostos.

Forma de análise dos resultados

Os resultados deverão consistir na identificação dos principais pontos em que se articulam os diagnósticos do fascismo elaborados pelos membros do Instituto de Pesquisa Social, bem como dos diálogos e discordâncias que podem ser reconhecidos a partir de comparações entre eles. O conjunto deve permitir, assim, o delineamento de uma imagem mais precisa da explicação sobre o fascismo produzida no interior do Instituto de Pesquisa Social e do significado desta no quadro da Teoria Crítica.